

Museus Inclusivos: realidade ou utopia?

Sónia Santos

Resumo

A consciencialização para a acessibilidade museológica tem vindo a aumentar e torna-se imprescindível que os museus, enquanto espaços socioculturais, aceitem e integrem, no âmbito das suas missões, a inclusão de todos os públicos. A integração e a comunicação são elementos fulcrais e devem constar das agendas e programação dos museus deste século, dada a sua ligação à sociedade diversificada, heterogénea e consumidora cultural. Neste contexto, a inclusão não poderá cingir-se em exclusivo à área arquitectónica, mas, também, a tudo o que se relaciona com as vertentes comunicativa, informativa e electrónica. Conceitos como abertura e acesso devem ser entendidos como concepções amplas e globais que não se referem apenas a deficiência, mas pretendem exercer um verdadeiro papel de inclusão, onde todos cabem.

The level of awareness regarding the museums accessibility has been increasing and it is becoming indispensable for the museums, as socio – cultural spaces to accept in their missions the inclusion of all audiences and to regard people with disabilities as target audiences to be conquered and not as a minority that needs to be satisfied. Integration and communication are key factors which must be included in the programming agenda of this century museums since they function as connective elements to a diversified society which presents itself as a culture consumer. This way, the inclusion will not only cover the architectonic aspect but also the communicational, informatics and electronics aspects. It is important consider these aspects as a matter of giving access to all citizens and not just to the ones that have a disability.

Palavras-chave - Key-words:

museu, acessibilidade, deficiência

museum, accessibility, disability

Museus Inclusivos: realidade ou utopia?²⁸⁰

Sónia Santos²⁸¹

Melhorar o acesso à cultura, aos museus e às suas colecções, por parte dos visitantes com necessidades especiais, constitui um objectivo essencial por todos partilhado?
(Collwell, 2004:5)

Introdução

O presente artigo baseia-se numa investigação realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado intitulada “Acessibilidade em Museus” que pretendeu debater a integração de pessoas com deficiência nas actividades e espaços museológicos. A investigação não pretendeu resultar numa perspectiva de diferenciação de públicos, mas sim, na criação e estabelecimento de condições necessárias a todos os cidadãos, tenham eles, ou não, necessidades especiais (permanentes ou temporárias). Aspirou alertar para a consciencialização e promoção da inclusão de todos os cidadãos, avaliando as actividades e estratégias utilizadas. Ambicionou reforçar a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre a temática, ampliando a sua discussão, envolvendo os actores (inclusive os representantes e todos os abrangidos na formação de profissionais da área).

Estes foram os princípios que nortearam a concepção do projecto, o qual, através do aprofundamento, do conhecimento e da reflexão sobre vários factores ligados à exclusão cultural, trouxe à ordem do dia as pessoas com deficiência e todos os obstáculos que enfrentam na tentativa de participação na vida cultural.

²⁸⁰ Artigo baseado na dissertação de Mestrado, orientada por Alice Semedo, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: SANTOS, Sónia, *Acessibilidade em Museus*. Dissertação de Mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009

²⁸¹ Museu do Papel Moeda da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, Responsável do Serviço de Educação, www.facm.pt. <http://acessibilidadeemmuseus.blogspot.com>.

Contextualização temática: a emergência de um novo modelo cultural

Séculos separam os tempos actuais do antigo *museion* grego dos tempos imemoriais da época helenística, em que o recolher e o guardar dos objectos se prendia com a preservação de documentos que testemunhavam o saber e a cultura, ou do, igualmente, ancião *thesaurus*, em que a sacralização do espaço dá início à constituição de colecções. A Revolução Francesa veio abrir as portas dos museus, face aos novos direitos de cidadania e aspiração de igualdade. Com ela veio uma outra revolução que acabaria por converter os museus naquilo que hoje são e que Carlos Guimarães (2004: 42) considera verdadeiros “supermercados de cultura”, provocados pela democratização das massas e pela abertura de horizontes e ambições.

Os museus cultivados pelas elites, que neles exerciam o diletantismo cultural, foram sendo substituídos por museus politizados, face ao acesso à cultura e à defesa dos bens culturais, como património de toda a comunidade. Que, por princípio, abrem portas a todos, embora, na realidade, continuem fechados para alguns. A busca de uma nova linguagem com que se expressar e de uma nova dinâmica na participação sociocultural é preconizada pela nova museologia, o que pressupõe uma nova tipologia de museu (Fernández, 1999: 8). É, cada vez mais, da responsabilidade dos museus acolher os seus visitantes, independentemente das suas necessidades. No entanto, as campanhas publicitárias para atrair público não são eficientes se esse público não se sentir integrado e com as suas necessidades satisfeitas.

À função de salvaguarda patrimonial associaram-se outras funções, tais como a educativa e a social, às quais se impuseram crescentes desafios face à organização, atitude e comunicação. Também o crescente número de museus provocou uma alteração nos discursos. A busca de visibilidade, o estabelecimento de parcerias, a procura de mecenato e a preocupação por uma “nova” gestão, caracterizam o museu virado para o exterior e o nascimento de uma entidade comunicativa e interventiva. Esta mudança de paradigma, reforça as competências de programação, marketing e comunicação que tornam o museu num pólo atractivo à sociedade, tal como o próprio Instituto dos Museus e da Conservação salienta, o museu não tem razão de ser se não se abrir à comunidade, se não desenvolver acções direccionadas para diferentes públicos através de mediação que reelabore a informação, tornando-a acessível mesmo na forma de actividade lúdicas e oficinais.

Nas últimas décadas os museus têm sofrido inúmeras alterações o que se tem reflectido num incremento de popularidade que lhes incute determinados papéis na

sociedade actual. A preocupação com os públicos tornou-se num dos pilares da missão e a necessidade do alargamento destes em número e diversificação afirma-se uma realidade emergente. É precisamente com o acolher da vertente social que o museu recebe uma nova missão. Sem renunciar às características de preservação do património, deve fomentar iniciativas culturais inclusivas, impulsionar a diferenciação e a inserção de novos públicos que, afastados durante décadas, fazem valer os seus direitos de participação na vida cultural da sociedade actual. Para que essa inclusão se materialize é necessário equipar fisicamente os museus para receber os “novos” visitantes e preparar as suas equipas para um acolhimento e seguimento adequado. É, igualmente, necessário transmitir a informação, com o formato adequado, cumprir normas, disponibilizar conteúdos, preparar actividades... em suma, é necessário respeitar a diferença e aceitá-la! Se a inclusão social significa alguma coisa, então significará a procura e remoção de barreiras²⁸² e a consciencialização para com as pessoas que estão a ser postas de parte há gerações e precisam de uma ajuda adicional, numa variedade de formas, para conseguirem exercer os seus direitos de participação (Sandell, 2002: 37-38). Cabe aos museus conseguir comunicar com todos os seus públicos, de forma correcta e assídua.

Peremptoriamente, o público adquire uma importância suprema, desafiando, inclusivamente, a salvaguarda patrimonial. Tal como expõe Alonzo Fernández (1999: 15) os museus, independentemente da sua tipologia, só se podem justificar social e culturalmente em função do destinatário, isto é, do público, e destaca ainda a importância da comunidade na consagração destas instituições como instrumento de desenvolvimento cultural, social e económico. A nova visão museológica preocupa-se com os públicos e planeia a sua projecção social, envolve-se em filosofias democráticas, prevenindo-se contra o escrutínio do público e desenvolve estratégias de marketing, de forma a alterar as tendências, em prol das necessidades das diversas audiências, cada vez mais exigentes e conscientes dos seus direitos enquanto público cultural.

Citando Rodrigues (2003: 17) “as diferenças assumiram-se como agência e deixaram de aceitar passivamente os discursos sobre elas (...) este discurso (da diferença e não sobre a diferença) não é unificável numa narrativa coerente, em que todos os outros se pudessem reconhecer e ver afirmados como unidade. O que

²⁸² Por barreiras entendam-se todos os factores de exclusão social que acentuam preconceitos e criam condições propícias a práticas discriminatórias, prejudicando as pessoas com deficiência ou incapacidade, dando-lhes, assim, o direito ao acesso e à participação aos mais variados meios e conteúdos existentes na sociedade portuguesa.

caracteriza as diferenças e as suas relações é precisamente a heterogeneidade”. Com a consciencialização deste novo modelo cultural, o público passa de espectador passivo para actor interventivo e o aparecimento deste público cultural (des)estrutura o museu na sua forma pré-concebida para o projectar num futuro mais abrangente, multifacetado e diversificado. A sociedade encara cada vez mais o turismo e o lazer como formas de evasão sócio-cultural, é fundamental que a fuga à vida quotidiana permita o convívio, a cultura e a descoberta. Justamente por isso, a acessibilidade assume um papel primordial e, com tal ascensão, não pode discriminar determinados sectores ou grupos sociais (SNRIPD, 2007: 8-9). O cidadão do Século XXI vive e absorve a era tecnológica que desafia todos os conceitos de comunicação e divulgação de informação conhecidos até então e, desta forma, este cidadão tomou consciência dos seus direitos e deixou de permitir que estes continuem a ser negados por ausência das condições mínimas de acessibilidade.

Enquadramento do conceito de “Deficiência”

A concepção do significado do termo ”deficiência” foi criada no século XVIII, tendo os mesmos parâmetros sido mantidos até à década de 60 do século XX, altura em que se repensou a organização social, sob o ponto de vista da marginalização e da opressão que levam à subalternização das pessoas com deficiência. A alteração de valores, ocorridos no período que vai desde 1960 a 1980, deveu-se, sobretudo, aos movimentos estudantis em prol dos direitos humanos, que reestruturaram os valores e as práticas, bem como, a noção de cidadania como princípio de igualdade.

A Classificação Internacional da Funcionalidade e Incapacidade protagoniza um novo sistema de classificação multidimensional e interactivo que não classifica a pessoa nem estabelece categorias diagnosticadas, passando a interpretar as suas características, nomeadamente as estruturas e funções do corpo, incluindo as funções psicológicas e a interacção pessoa / meio ambiente (actividades e participação), o que vai permitir descrever o estatuto funcional da pessoa. Esta nova abordagem implica, em termos de política, que se privilegiem as acções e intervenções direccionadas para a promoção de meios acessíveis e geradores de competências, de atitudes sociais e de políticas positivas, que conduzam a oportunidades de participação e a interpretações positivas pessoa / meio, afastando-se, assim, da perspectiva estritamente reabilitativa e de tratamento da pessoa.

A promoção do valor da pessoa e da garantia dos direitos humanos de todos os cidadãos contribuiu para que profundas mudanças se tenham processado nas últimas décadas. O modelo explicativo do fenómeno da deficiência, tal como indicado no I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade²⁸³, assenta em dois modelos: o médico e o social. O primeiro “está na base de uma construção social de uma imagem que tende a desvalorizar a pessoas com deficiência”.

O segundo, o modelo social, “assenta no reconhecimento de que a incapacidade não é inerente à pessoa, considerando-a com um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social (...) nesta perspectiva, está bem patente a valorização da responsabilidade colectiva no respeito pelos direitos humanos, na construção de uma sociedade para todos e no questionamento de modelos estigmatizantes ou pouco promotores da inclusão social”.

Feliciano (2006: 60) chama a atenção para uma outra verdade: “ao contrário do que se pensa as pessoas com deficiência representam uma percentagem expressiva da população europeia e, conforme é evidenciado por alguns estudos realizados noutros países, uma fatia do consumo de serviços turísticos. Ao mesmo tempo, é reconhecido que o potencial de crescimento deste segmento de consumidores é elevado na justa medida em que a acessibilidade a estes bens e serviços está ainda fortemente condicionada por barreiras físicas e sociais. Remover essas barreiras afigura-se, pois, como a uma importante oportunidade para intensificar a representatividade deste mercado”. Segundo dados do ENAT – European Network for Accessible Tourism, existem cerca de 130 milhões de pessoas na União Europeia com necessidades especiais. O envelhecimento demográfico da população e a correlação entre idosos e deficientes tornam a acessibilidade uma necessidade para o sector turístico. Em contraste com as posições actuais, dentro de alguns anos, a maior parte dos profissionais de turismo encontrarão vantagens sociais apoiadas na sustentabilidade económica, desde que sejam bem-sucedidos na promoção da inclusão. Para além dos benefícios económicos que facilmente atraem estes sectores, temos o surgimento de uma nova legislação a nível nacional e Europeu que começa a impor o cumprimento de certas obrigações que deixarão de ser a “excepção” para se afirmarem como a “regra”. É

²⁸³ O I Plano de Acção para a Integração da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade, 2006-2009 é composto por dois capítulos, o primeiro está dividido em três eixos de intervenção, o primeiro eixo, Acessibilidade e Informação, destaca estratégias para a construção de uma “Sociedade para Todos”, as políticas e as acções relativas à Acessibilidade, à Comunicação, à Cultura, ao Desporto, ao Lazer e à Sensibilização / Informação que contribuem para a inclusão social e afirmação deste grupo de cidadãos como pessoas de pleno direito.

importante lembrar que o turismo depende em grande parte da promoção da diversidade e riqueza de ofertas culturais. As políticas de turismo devem ter em conta este aspecto e assegurar a sustentabilidade do turismo europeu, segundo a máxima: “Não deixe o turismo destruir o que os turistas apreciam”²⁸⁴.

Função social dos Museus

É na globalidade e, também, na especificidade de todo este contexto que surge a função social que os museus podem (e devem) desempenhar. Richard Sandell (2003, p.46) evidencia a importância que os museus podem representar no aumento da auto-estima, criatividade e auto-confiança das pessoas com deficiência. O Museu deve reconhecer o seu potencial e possível impacto em relação às desvantagens, discriminação e desigualdades sociais promovendo a inclusão.

Quando os visitantes entram num museu trazem consigo expectativas em relação ao espaço físico que os acolhe, às colecções que vão encontrar e à forma como irão interagir com todo o contexto que os rodeia. Segundo Falk e Dierking (1991: 25-26) na base dos preconceitos e expectativas de cada visitante, estão contextos pessoais, tais como, o conhecimento, as atitudes e as experiências, influenciados por expectativas em relação às características físicas do museu, o que vão encontrar, o que podem ver, o que podem fazer e quem os acompanhará nas visitas. A experiência anterior que possa ter sido adquirida a visitar a instituição onde se encontra ou instituições semelhantes também contribui para o desenvolvimento de expectativas em relação à visita. Segundo os autores, deverá ponderar-se a influência que estas e outras expectativas podem ter na visita. Se as experiências forem negativas, criar-se-á um movimento de insatisfação que conduzirá ao afastamento progressivo da vida cultural. Daí, que seja imprescindível que os equipamentos culturais estejam devidamente preparados para receber todos os públicos e provocar-lhes satisfação que conduza aos seu regresso.

A pessoa com incapacidade reage à atmosfera que a rodeia através dos sentidos. Desta forma, um ambiente sensitivo é um aspecto importante na relação entre a deficiência e o museu, evidenciando todas as sensações e sentidos que experienciou desde a sua entrada no museu até ao momento de saída. Para que os visitantes se sintam verdadeiramente incluídos e desenvolvam afectos é necessário estimular as suas percepções emotivas e sensoriais durante a visita, para esse fim deve-se satisfazer

²⁸⁴ “Do not let tourism destroy what tourists come to enjoy”.

totalmente a aquisição de informação através da visão, tacto, audição e mobilidade. Ao percorrer os espaços do museu, o visitante deve desenvolver sentimentos de afecto, identidade, apropriação e pertença em relação a todo o ambiente que o rodeia. Este é um factor imprescindível na demonstração da cultura, garantindo os direitos atribuídos pelas várias convenções internacionais e pelos decretos e leis regionais, para que cada País ganhe consciência das suas responsabilidades (Cohen, 2009).

Falk e Dierking (1991: 1-7) chamam a atenção para aquilo que denominam por Método Experimental Interactivo que identifica alguns factores como demonstrativos da perspectiva do visitante. O contexto pessoal de uma visita ao Museu inclui os interesses, motivações e preocupações do visitante, havendo, portanto, uma interacção entre três contextos diferentes: o contexto pessoal, social e físico. Ligado ao contexto pessoal encontram-se as preocupações, a motivação e os interesses, este contexto liga-se através das expectativas ao contexto físico, que engloba a arquitectura e a colecção.

A acessibilidade em debate

Segundo a Lei Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050) a acessibilidade é um termo que define toda uma condição de liberdade, percepção e compreensão para a utilização segura e autónoma de espaços, edifícios, elementos urbanos, etc. O termo remete-se para limitações de mobilidade física, se o relacionarmos aos museus, falaremos de exposições, espaços, circulação, informação, serviços e comunicação.

A questão da acessibilidade é muito mais abrangente do que inicialmente se poderá pensar. Se por um lado a esperança média de vida aumentou, por outro, a sociedade ainda se continua a projectar a curto prazo. Os problemas de mobilidade, visão e audição são agravados com o acentuar da idade, o que obriga a que se criem sistemas que permitam a autonomia através de uma arquitectura *friendly*. É ainda necessário considerar o aumento anual de vítimas de acidentes que ficam com as suas capacidades diminuídas e que fazem crescer exponencialmente o número de pessoas com determinadas necessidades especiais, seja permanente ou, apenas, temporária. O Turismo para Todos²⁸⁵ é, para além de uma necessidade, uma obrigação social que aumentará o nível de satisfação dos turistas, quer tenham ou não necessidades especiais.

Além disso, é um poderoso factor de competitividade económica, uma vez que existem cerca de 134 milhões de potenciais clientes, o que representam 27% da

²⁸⁵ Design for All é uma filosofia de planeamento cujo objectivo é o redesenho do meio construído, produtos e serviços, de forma a garantir igualdade de acesso a todas as pessoas.

população da União Europeia, dos quais se podem abarcar cerca de 83 mil milhões de Euros por ano! Se incluirmos seniores, grávidas e casais com crianças vamos ter uma fatia de 30% a 40% de pessoas a beneficiar de melhoria de acessibilidade ao turismo na Europa²⁸⁶. Só em Portugal, o Censo 2001 revelou que 634,408 pessoas numa população residente de 10,3 milhões de pessoas têm uma deficiência, o que representa 6.13% da população.

A acessibilidade compreende muito mais do que a preocupação com a eliminação de barreiras, o espaço deve permitir a todos a opção de experimentar e vivenciar todo o ambiente, deve permitir a entrada e circulação em todas as áreas do museu, transmitindo segurança e liberdade que permitam ao visitante estabelecer uma relação harmoniosa com os espaços. A teoria Cartesiana que apenas previa os impedimentos físicos do espaço há muito que se encontra a recuar face a um novo conceito e paradigma que envolve o corpo em movimento, as expressões corporais, sensoriais e cinestésicas, trata-se da possibilidade de sentir, de se deixar envolver nessas emoções e sensações na procura da identidade e de pertença ao que nos rodeia (Cohen, 2009: 70).

Contexto legislativo

A Secção I, Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, refere que todas as pessoas têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de apreciar as artes e participar em programas científicos e nos benefícios que daí resultem. Em 1981 foi o Ano Internacional dos Portadores de Deficiência e veio chamar a atenção para esta questão, enfatizando a doutrina da igualdade de oportunidades e a obrigação de não discriminar. A partir de 1995 desenvolveu-se a noção de direitos humanos na sua especificidade. Foi igualmente neste ano que foi sancionada a criação da Lei sobre Discriminação Contra Portadores de Deficiência (DDA - Disability Discrimination Act) com um programa de implementação até 2004. Tendo sido criada uma comissão de Direitos de Portadores de Deficiência encarregada de fazer cumprir a DDA.

Em 2001 foi criado o Programa de Acção Contra a Discriminação que visava planos de inclusão até 2006, teve, igualmente, início o programa “Rumo a uma Europa sem barreiras para as pessoas com deficiência” que viu a sua continuidade na

²⁸⁶ Informação estatística recolhida através do ENAT – the European Network for Accessible Tourism, 2007.

implementação do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, em 2003. No ano seguinte foi estabelecido o Plano de Acção Europeu 2004-2006.

Em Portugal, desde os anos 80 que tem vindo a ser reforçado o plano legislativo. No entanto, na condição de acesso cultural, nomeadamente a museus, não há legislação específica, sendo esta constituída pela recolha de vários artigos contemplados na lei, referentes a requisições específicas, como sendo o caso do Decreto-Lei 163/06 que promove a eliminação de barreiras arquitectónicas e da Declaração dos Direitos Humanos que atende à igualdade de oportunidade para todos os cidadãos²⁸⁷.

No início de 2002, de acordo com os dados recolhidos pelo painel Europeu sobre deficiência declarada, 10% dos Europeus sofriam de uma deficiência moderada, enquanto 4,5 % possuíam uma deficiência profunda, o que equivale a quase 15% da população Europeia²⁸⁸, no grupo etário dos 16 aos 64 anos. Não se trata, portanto, de uma minoria social, como tão comumente é encarada e descrita.

O enquadramento legal dos Museus Portugueses define uma série de políticas e princípios para estes espaços culturais, dando orientações para a identificação e requisitos para o processamento do licenciamento de museus. No entanto, apesar da nítida evolução legislativa na procura de promoção de igualdades, a Lei N.º 47/2004 que aprova a Lei-Quadro dos Museus Nacionais, manifesta, ainda, um vazio jurídico ao não prever ou incluir uma prática nacional de inclusão para públicos com incapacidade, ainda que, tenha sido aprovada no ano seguinte ao “Ano Europeu das Pessoas com Necessidades Especiais”. A menção à inclusão aparece de forma quase dissimulada no contexto de alguns artigos, como sendo o caso do artigo 2 que destaca o princípio de cidadania e da valorização da pessoa, bem como, da abertura das instituições à sociedade através do princípio de serviço público. O artigo 42 faz referência aos programas de acção cultural e educativa que contribuem para o acesso ao património e às manifestações de cultura, mencionando que “o museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos”. E, igualmente, o artigo 59 que evidencia o apoio que o museu deve dar às pessoas com deficiência mas aparece desprovido de promoção e implementação de práticas inclusivas correntes.

²⁸⁷ O Artigo 73 da Constituição indica que todos têm o direito à educação e cultura e que o Estado deve contribuir para “a igualdade social e cultural, para o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, entendimento mútuo, solidariedade e responsabilidade, para o progresso social e participação democrática na vida pública” e deve ainda “promover a democratização da cultura encorajando e garantindo o acesso a todos os cidadãos aos frutos da cultura e criatividade cultural”.

²⁸⁸ Fonte: Eurostat “Deficiência e Participação Social na Europa”

Em 2008, o Conselho de Ministros elaborou duas resoluções estabelecendo o primeiro Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) e para a Integração das Pessoas com Deficiência e / ou Incapacidades.

No entanto e apesar de toda a evolução legislativa, a aplicação de medidas, consagradas na legislação, ainda enfrenta algumas dificuldades. Por todo o país podem ser encontradas algumas experiências de sucesso, provando que é possível pôr em prática os princípios da inclusão, apesar de todas as dificuldades ainda existentes. Contudo, as boas práticas não devem ser apenas situações pontuais decorrentes da abundância de recursos mas, sobretudo, devem partir do envolvimento real e do trabalho desenvolvido por todos os agentes culturais.

Aplicações metodológicas no desenvolvimento da investigação

A investigação prendeu-se com a apresentação geral, focando alguns pontos considerados fulcrais da acessibilidade, estudada no envolvimento com os museus, seus espaços, colecções e actividades. As instituições culturais portuguesas começaram a despertar para este tema e para as situações em que os museus trabalham, bem como, para a sua possível importância como parceiros sociais no combate à exclusão e marginalização de cidadãos deficientes. Assim, os museus começam a fazer uso dos mecanismos que promovem, a fim de alcançar a “utopia” igualitária que nas últimas décadas se evidenciou.

O objecto de estudo da investigação incidiu no universo da acessibilidade museológica, visando a análise das condições actuais de inserção de públicos com necessidades especiais nas agendas museais, bem como, das condições necessárias para que esse alargamento de novos visitantes se possa efectuar. Tendo em conta que é um fenómeno real concreto, foram realizadas, sobretudo análises de conteúdo, de dados estatísticos e de legislação. Na literatura crítica usaram-se documentos de várias tipologias. Desta forma, integraram-se fontes jornalísticas e fontes de arquivo. No entanto, procurou-se utilizar maioritariamente fontes em primeira mão tendo em conta os limites fixados pelo objecto da pesquisa. À medida que se recolheu o material de apoio, evidenciou-se a pertinência de dois conceitos analogamente importantes: a exactidão dos dados pesquisados e a clareza da análise, da reflexão, da descrição e do tratamento da informação.

Teve-se em conta investigações contextuais, bem como análises de teorias e, inclusive, de crenças sociais. Os textos foram encarados na perspectiva de discursos, ou

seja, enquanto práticas de controlo e selecção de temas / assuntos. Os discursos legislativos, embora pouco de novo tenham aportado²⁸⁹, serviram para enquadrar legislativamente as estratégias políticas, no campo de acção social e cultural, mais especificamente, no que concerne as práticas sociais.

As análises de conteúdo encontraram-se limitadas por delineações teóricas, ainda que pudessem ser aplicadas em qualquer tipo de comunicação, enquanto as análises de discurso se enquadraram melhor na realidade social que se pretendeu analisar, relacionando-se com a estrutura social. No entanto, a análise de conteúdo ajudou a descobrir os “(pre)ssupostos” e os chamados “não ditos” do material em análise. A sua linguagem teve como função dizer a verdade e, mais uma vez, estabelecer a relação com a análise do discurso, cuja função da linguagem é reproduzir a realidade, resistindo-lhe ou moderando-a. Remeteu-se, então, para as questões do positivismo, da sua objectividade científica e da sua cientificidade na análise da realidade social, ainda que seja difícil explicar e / ou prever os fenómenos humanos. Nesta linha, considerou-se ainda a posição de Foucault quanto ao poder / conhecimento, que se insere numa visão particular do senso comum acerca do mundo, encarando-se o discurso como um organizador de significado. Marcel Mauss, por outro lado, encara o chamado “fenómeno social total” na perspectiva de que qualquer facto que ocorra em sociedade é sempre complexo e pluridimensional, isto é, o comportamento só se torna compreensível dentro de uma totalidade. As várias disciplinas, como sendo a sociologia, psicologia, filosofia, entre outras, distinguem-se por pertencerem a perspectivas teóricas divergentes e por construírem dissemelhantes objectos científicos que são dimensões inerentes a toda a acção social. As acções humanas, na sua complexidade, englobam várias dimensões, o que leva à transdisciplinariedade das várias ciências.

O trabalho científico realizado resultou maioritariamente de uma pesquisa empírica. Foi fruto colhido concomitantemente de uma experiência pessoal e profissional, a qual se encontra intimamente ligada ao objecto de estudo. Em termos de experiência profissional, foi possível analisar a prática cultural das pessoas com deficiência, através de um largo período de observação. Porém, tal como Santos Silva (2007: 106) refere “um dos problemas com que se debate a investigação empírica,

²⁸⁹ Quando se refere que os discursos legislativos não trouxeram novidades, fala-se no âmbito dos argumentos que há décadas se mantêm fora da ordem política nacional. Existe uma legislação própria e adequada à promoção do bem-estar de todos os cidadãos na ordem da inclusão, seja ela a que nível for. No entanto, é uma política de “papel”, já que a sociedade continua a excluir os seus deficientes. O que leva à formulação de algumas questões: que tipo de sociedade e cidadania se constroem para os deficientes? Quais as perspectivas, possíveis, de justiça social e cultural?

quando recorre aos indivíduos como fonte de informação, é saber que em tais condições as respostas são afectadas por um certo número de enviesamentos, pelo menos potenciais, decorrentes da consciência que os sujeitos têm de que estão a ser observados ou testados”. No sentido de contornar esse problema, estabeleceu-se um plano de entrevista informal pós-experimental, mediante a qual os sujeitos falam sobre a sua experiência.

A investigação apoiou-se na aplicação de diferentes métodos: método experimental, reducionista e de pesquisa no terreno. De acordo com o método experimental, “o objecto de investigação científica é não só descobrir e descrever acontecimentos e fenómenos, mas também explicar e compreender porque eles ocorrem” (Santos Silva, 2007: 215). A aplicação do método reducionista permitiu a compreensão das reacções individuais em função das interacções entre elementos. Foi, igualmente, utilizado o método de pesquisa no terreno, através da observação directa. Os Museus assim como as Instituições Particulares de Solidariedade Social revelaram-se importantes fontes de recolha de informação. O trabalho de campo efectuado tornou possível a análise dos comportamentos *in loco* e a pesquisa permitiu a observação no local dos comportamentos adoptados de forma individual.

Recolha de experiências museológicas: a apreensão de acontecimentos sócio-culturais

Tendo em conta a realidade complexa e diversificada da acessibilidade museológica que vai sendo preconizada, de acordo com abordagens próprias ou institucionais, considerou-se o fenómeno social e cada indivíduo como produtor de conhecimento e significado. Procedeu-se à recolha de informação numa pequena amostragem, limitadora, é certo, mas representativa do grupo que se pretende analisar. No entanto, não se pretendeu com esta investigação atribuir valores estatísticos, funcionando estes como complementos metodológicos. Salienta-se, ainda, que a finalidade foi explorar uma temática e não o desenvolvimento de uma sondagem representativa.

Este tipo de investigação, designada por Erickson (1986, p.119-161) como sendo interpretativa, traduz-se numa metodologia que atribui significados às acções desempenhadas pelos sujeitos, cujo processo de interpretação adquire uma importância primordial na realidade. Com esta abordagem, pretende-se compreender diferentes

níveis de organizações sociais, considerando os diversos significados que os acontecimentos poderão adquirir.

Estudando-se realidades humanas e práticas sociais (e as próprias interpretações dos actores sociais que nelas intervêm), formulam-se construções de conhecimentos a partir de saberes do senso comum, relativos a todos os campos da evolvente humana. Foram, precisamente, as diferenças de significados que se pretendeu apreender.

Tendo em conta a homogeneidade do grupo profissional estudado na investigação, recorreu-se à pesquisa exploratória, cujo objectivo foi a formulação de problemas reais concretos e à pesquisa descritiva para se decomporem determinadas características, opiniões e relações. Para a concretização das intenções da investigação, aplicou-se a técnica da entrevista, que se pretendia informal e exploratória, tomando em consideração as limitações e perigos associados a esta técnica. Ainda assim, a possibilidade de recolher dados através da expressão corporal, do tom e ênfase impostos nas respostas e, sobretudo, na flexibilidade de encadear os assuntos e de os aprofundar, demonstrou ser a melhor base para a recolha das informações pretendidas. Concedeu-se liberdade e abertura ao entrevistado de forma a, não só, prestar as declarações inquiridas mas, e sobretudo, expressar os seus sentimentos em relação ao tema, recorrendo a manifestações de receios e dúvidas. Promoveu-se, também, o recurso à memória e a narrativas de experiências em que o entrevistado cria o seu próprio discurso.

Não se pretendeu recolher apenas “experiências profissionais” mas apreender acontecimentos sociais, interpretando os seus impactos sobre os actores. Através de relatos vivenciais reflectidos em práticas sociais e culturais, os profissionais de museus manifestaram as suas expectativas, frustrações e receios face a uma problemática real e crescente que se assume, cada vez mais, dentro dos espaços culturais e respectivas envolvências. O campo de acção foi limitado ao campo geográfico dos museus da cidade do Porto, variando entre o tipo de colecções, tutela e estatutos jurídicos, dos quais se privilegiou o Serviço Educativo²⁹⁰, tendo em conta a proximidade com o objecto de estudo.

Dadas as condições de proximidade que favoreciam o desenvolvimento da investigação, constituiu-se como amostra quatro museus, havendo sido incluído mais um,

²⁹⁰ De forma a permitir a investigação proposta, o serviço de educação pressupunha-se como possuidor de um, ou mais, profissionais, dotados de recursos mínimos para o desenvolvimento de acções dirigidas ao público.

dado o envolvimento da investigadora nas acções educativas aí desenvolvidas, destinadas a pessoas com deficiência²⁹¹.

Foram seleccionadas as seguintes instituições:

Nome	Estatuto Jurídico	Tutela	Colecção
Museu da Casa do Infante	Público	Câmara Municipal do Porto	Arqueologia
Museu Nacional Soares dos Reis	Público	Instituto Português de Museus	Artes decorativas
Museu do Papel Moeda	Privado	Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	Especializada
Museu Romântico da Quinta da Macieirinha	Público	Câmara Municipal do Porto	História
Museu dos Transportes e Comunicações	Privado	Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações	Especializada

Tabela 5 – Identificação e classificação da amostra

Com uma entrevista semi-directiva, em que o entrevistado se pode apropriar da mesma, deixando-se levar pela emoção e pelo desejo de partilha de experiências, recorreu-se a um guião para manter a narrativa centrada na temática, sem que este deixasse esgotar a entrevista. As linhas orientadoras constitutivas do guião firmaram-se sob parâmetros cruzadores do serviço de educação com a própria instituição e seus visitantes, no âmbito de referenciar o conceito de acessibilidade e inclusão; indicar as tipologias de públicos e actividades do SE desenvolvidas com públicos com deficiência; parcerias e protocolos com associações e instituições de apoio à deficiência; recursos; acções de formação; avaliação do espaço; interacção entre os visitantes com deficiência, a colecção, a equipa e o espaço do museu; experiências; aspectos positivos e negativos e expectativas.

Este levantamento teve como objectivo expor a forma e os métodos de trabalho praticados pelos Serviços de Educação, face a públicos com deficiência, sem, no

²⁹¹ Constituída a metodologia a aplicar, delimitada a amostra e estabelecidos os tópicos para o guião, iniciaram-se as solicitações para entrevista. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados, recorrendo-se a um gravador digital para registo dos dados, após prévia informação e autorização por parte dos sujeitos. Pediu-se, igualmente, autorização para fotografar os espaços. Após a execução das mesmas, foi feita a sua transcrição, registando literal e fielmente o seu conteúdo. Todavia, eliminaram-se algumas interjeições e repetições, de forma a permitir uma melhor fruição da leitura e facilitação da interpretação. A eliminação de erros de construção gramatical e frásica foi praticamente inexistente, verificando-se, apenas, em algumas situações pontuais.

entanto, criar expectativas relativamente às respostas obtidas, dado as mesmas terem apenas confirmado a realidade. Que actividades se realizam? Com que recursos? Com que apoios? Que dificuldades sentem? Que papéis assumem? Numa primeira leitura, constatou-se que a crescente intervenção dos chamados novos públicos, se encontra a despertar as atenções dos profissionais de museus. Apesar de a grande maioria não programar especificamente para estes públicos, adapta, sem grande esforço, as actividades realizadas, o que denota preocupação na integração e no tratamento não diferenciado.

Os recursos não são abundantes e a concepção de programas, a divulgação, a exploração da colecção em prol de uma posição mais educativa atribuí, cada vez mais, uma polivalência a todos os que abraçam a museologia, e que se vêm obrigados a servir várias áreas devido à falta de afectação de orçamentos financeiros. Concluiu-se, igualmente, que o público escolar continua a liderar as visitas orientadas. Porém, muitas associações de apoio a pessoas com deficiência e centros de reabilitação avançam autonomamente como participantes e consumidores culturais. Da mesma forma, os museus tomaram consciência da amplitude dos seus serviços e estão atentos às questões de acessibilidade, fazendo uso de todos os fins para alcançar a inclusão. Já não se pretende, apenas, que o público vá ao museu, pretende-se que ele volte.

Conclusões

As comunidades nacionais encontram-se globalizadas, não se justifica a aceitação de novos “povos” sem a aceitação da diversidade, seja ela a nível social, cultural, etnográfico ou geográfico. Contudo, continua a existir o preconceito. As pessoas são catalogadas segundo os antigos princípios da Revolução Industrial: quem não tem total capacidade física, não é considerado “apto” a interagir activamente na sociedade, seja essa incapacidade por motivos de idade avançada ou por qualquer deficiência limitativa. Os museus devem actuar como espaços de fruição, conhecimento, autoconhecimento e afirmação de identidade sociocultural de todos os seus frequentadores; devem proporcionar não apenas acessibilidade física e sensorial mas também permitir a convivência e a compreensão das diversidades existentes nos indivíduos, seus limites e potencialidades – que podem e devem ser também explorados nestas instituições, resultando em melhoria da qualidade de vida e valorização do ser humano. Os museus têm, assim, uma importante função social a par do seu papel na preservação do património e identidade histórico-cultural.

Desde 1951 que o museu tem vindo a ser questionado e tem vindo a definir o seu reconhecimento perante a sociedade, seguindo sempre parâmetros de abertura que modelaram novas formas de actuação. O seu esforço em acompanhar as tendências sociais, não pode deixar de ser reconhecido mas o museu enfrenta novos desafios que se elevam para além da conservação e exposição e que se cruzam com a captação de públicos. Muito tempo separa os Gabinetes de Curiosidades do agora complexo e massificado museu contemporâneo, que vê a sua sobrevivência ligada ao desenvolvimento de técnicas de “sedução”, nos processos de comunicação e divulgação. As caracterizações do museu deste século qualificam-no como um espaço de representação para um público cada vez mais heterogéneo e exigente. Não basta, para a sua sobrevivência, a acumulação de história e de tempo, tem de ser activo na busca e satisfação de necessidades que se prendem, igualmente, com as das pessoas com deficiência que não poderão ser esquecidas no planeamento dos programas museológicos actuais.

Em contraponto com a vasta experiência de sucesso que os museus europeus, como o Museu do Louvre, Cité des Sciences et de l’industrie, Tate Modern, etc., oferecem, os museus portugueses continuam a adoptar atitudes mais simplistas, sem avaliação que quantifique benefícios e resultados reais obtidos após as experiências que normalmente não são replicadas, tornando-se experiências isoladas que ficam apenas pela iniciativa sem a implementação de continuidade do trabalho que fomentaria a aproximação das pessoas com necessidades especiais dos museus.

Há um contra censo no discurso oficial dos museus que consideram o património como sendo de todos, se assim é, todos, sem excepção, deveriam ter acesso a ele. Ainda que existam tentativas de instalar boas práticas, há uma grande incongruência, já que não existe uma estratégia forte e de compromisso por parte dos museus que apenas recebem grupos com necessidades especiais pontualmente, o que não torna o museu acessível e inclusivo. Uma política de inclusão cultural deve incidir em três aspectos: estratégia, acção com método e continuidade de boas práticas. Por esses pontos passa ainda a formação contínua de funcionários e o envolvimento da direcção na concretização de um plano estratégico que defina acções e objectivos. Não terá muita utilidade iniciar um projecto sem o maturar e concluir, bem como, sem o replicar em caso de sucesso. Trabalhar a acessibilidade adquirindo boas práticas de pedagogia será vantajoso não só para o público com incapacidade e necessidades especiais mas,

também, para o público em geral, sendo ideal que estes públicos coexistam nos mesmos espaços.

As atitudes da sociedade perante as necessidades especiais baseiam-se em factores de inferioridade e marginalização da diferença, o que se traduz claramente em discriminação de cidadãos que têm direitos consagrados na lei. Portanto, não se trata apenas de uma questão institucional sendo necessária uma abordagem governamental no sentido de incluir realmente as pessoas com necessidades especiais nas agendas. É, igualmente, necessária a mobilização das instituições museológicas no seu todo, governamentais e não governamentais e em conjunto estabelecerem-se estratégias para acções conjuntas. Ao trabalharem isoladamente dificilmente chegarão ao sucesso de inclusão do público com incapacidade. Este público, tal como todos os outros, tem de ser seduzido e fidelizado através da implementação de estratégias que o envolva. Os visitantes querem mais respeito e menos barreiras ao acesso, melhores formas de comunicação e funcionários bem preparados.

Outra questão prende-se com a sinalética. Em Portugal utiliza-se uma designação demasiado simplista na qualificação dos espaços culturais, pelo que seria vantajoso, seguir o caso francês do *Tourism & Handicap*, que atribuiu pictogramas diferentes consoante as várias deficiências e a acessibilidade para com as mesmas. A informação dá liberdade e autonomia a quem a possui. Para tornar as informações disponíveis acessíveis é preciso assumir-se um compromisso contínuo. Algumas melhorias são muito fáceis de providenciar e podem ser prontamente introduzidas, outras podem exigir mais recursos e planeamento.

A solução passaria também pela criação e disponibilização de um orçamento para a melhoria de acessibilidade, aplicado em formação contínua e programação periódica. Países como Espanha, França, Inglaterra, Estados Unidos da América e Austrália têm políticas de acessibilidade cultural que encorajam museus a desenvolver programas e acções inclusivas, entre essas políticas encontra-se a transferência de fundos e subsídios para que os museus, centros culturais, monumentos e outros equipamentos culturais possam implementar recursos específicos na inclusão de pessoas com incapacidades. Apesar da ausência de subsídios deste género em Portugal, há instituições que já começaram a desenvolver os seus próprios programas de inclusão, tentando ultrapassar as várias situações adversas da área cultural.

A necessidade de alteração de valores preestabelecidos é enunciada por Gilles Grandjean (Foundation, 1991:101) que remete para a máxima do “NÃO TOCAR” típica

dos museus e que exclui, à partida, os visitantes cegos. Obviamente, a necessidade de conservação muitas vezes impõe-se sobre a possibilidade de tocar nas peças. Por essa razão, ter-se-á de estabelecer critérios de selecção que passarão, obrigatoriamente, pela natureza do material e da capacidade de leitura da peça (determinada pelo tamanho), tendo em conta a sua resistência e degradação.

A museologia (ou a nova museologia), bem como os estudos contemporâneos, seguem a tendência natural dos seus antecessores: o desejo de trazer estratégias de desenvolvimento e inclusão de pessoas com incapacidades. O museu como agente de desenvolvimento social afirma a sua função educacional e sente a necessidade de desenvolver programas inclusivos, tentando superar os obstáculos da falta de fundos e da falta de legislação (Sarraf, 2009: 56). Os museus são agentes de desenvolvimento social e não podem deixar de trabalhar para o benefício dos direitos culturais das pessoas com necessidades especiais, conhecendo e praticando os parâmetros de acessibilidade e respeito pelas diferenças. O desenvolvimento de uma nova área da museologia ligada a estes aspectos contribuirá para o desenvolvimento e sustentabilidade dos museus na sociedade contemporânea.

As mudanças têm ocorrido lentamente porém não tem havido retrocesso. É necessário que se deixe de enfatizar questões como as dispendiosas adaptações erigidas nos edifícios passando a realçar as (necessárias) mudanças de comportamento, postura e até mesmo, política, da instituição. Eliminar obstáculos não é uma questão de paternalismo, piedade ou sentimentalismo e significa mais do que proceder a alterações em edifícios, é acima de tudo, uma questão de postura, respeito e cooperação na supressão das necessidades.

Bibliografia

- ALONSO, L. F. (1999) *Introducción a la nueva museología*, Madrid, Alianza Editorial.
- COHEN, R., Duar, C. S., Barros, A. (2009) Inclusion and accessibility of persons with disability in Brazil: senses and sensations in the access to patrimonial historical museums in the state of Rio de Janeiro. In *The International Journal of the Inclusive Museum*, Vol. 2, Austrália, Common Ground Publishing, pp. 67-81.
- COLLWELL, P., Mendes, E. (2004) *Temas de Museologia, Museus e Acessibilidade*, Lisboa, Instituto Português de Museus.
- ERICKSON, F. (1996) Qualitative methods in research on teaching. In Mc.Wittrock, *Handbook of research on teaching*, Nova Iorque, MacMillan, pp. 119-161.
- FALK, J., Dierking, L. D. (1991) *The Museum Experience*, Washington, Whalesback Books, pp. 25-26.
- FELICIANO, P. (2005) *Contributos para uma política de reabilitação das pessoas com deficiência*, Lisboa, Secretariado para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência.
- Foundation de France, ICOM, (1991) *Museum without barriers, a new deal for disabled people*, London, Routledge.
- GUIMARÃES, C. (2004) *Arquitectura e Museus em Portugal, entre reinterpretações e obra nova*, Porto, FAUP publicações.
- HOOPER-GREENHILL, E. (1997) *Cultural Diversity: developing museum audience in Britain, Contemporary issues in museum culture*, Leicester, Leicester University Press.
- HOOPER-GREENHILL, E. (2005) *Museums and their visitors*, London, Routledge.
- Instituto Português de Museus, (2004) *Temas de Museologia – Museus e acessibilidade*, Lisboa, Instituto Português de Museus.
- SANDELL, R. (2002) *Museums, society, inequality*, United Kingdom, Routledge.
- SANDELL, R. (2003) *Social Inclusion, the museum and the dynamics of sectorial change*, Leicester, University of Leicester
- SILVA, A. S., Pinto, J. M. (2007) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento.
- SARRAF, V. P. (2009) The Relationship between disabled people and museums: a research based on interviews with visitors and directors of museums. In *The International Inclusive Journal*, Austrália, Common Ground Publishing.